



Revista FAMECOS: mídia, cultura e
tecnologia

ISSN: 1415-0549

revistadafamecos@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul
Brasil

Gagliardi de Araujo, Juliana; de Albuquerque, Afonso

Mediando o regime militar: as narrativas de O Globo sobre os aniversários da Revolução
de 64 durante o governo Geisel

Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 17, núm. 2, mayo-agosto, 2010, pp.
15-23

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495550199003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Mediando o regime militar: as narrativas de O Globo sobre os aniversários da Revolução de 64 durante o governo Geisel

RESUMO

Este texto discute a cobertura concedida pelo jornal O Globo às cerimônias de aniversário da “revolução” de 1964, durante o governo do presidente Ernesto Geisel. A partir da análise da narrativa do jornal, que é mais complexa do que tem sido considerada até a atualidade, identificamos uma mudança no papel que os próprios jornalistas se atribuem ao fazerem o seu trabalho e que se torna explícita nos textos que produzem. Discutir essa mudança é o objetivo deste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

O Globo
Regime militar
Jornalismo

Drawing on the military regime: the narratives of O Globo about Revolution of 1964 anniversary ceremonies during Geisel government

ABSTRACT

This paper discusses the coverage provided by the newspaper O Globo to the anniversary ceremonies of the “revolution of 1964” during President Ernesto Geisel government. From the analysis of the newspaper narrative, which is more complex than has been considered until today, we have identified a change in the role that journalists themselves fall to do their job and that becomes explicit in the texts they produce. Our aim is to discuss this change.

KEYWORDS

O Globo
Military regimen
Journalism

Juliana Gagliardi de Araújo

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF/
RJ/BR

jugagliardi@gmail.com

Afonso de Albuquerque

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF/
RJ/BR
afonsoal@uol.com.br

Neste artigo investigamos de que modo o jornal O Globo cobriu as solenidades de comemoração da instauração do regime militar – realizadas anualmente a cada dia 31 de março – durante o governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979). A discussão apresentada constitui uma pesquisa ainda em andamento e que se propõe a compreender o tema durante todo o período de vigência do regime militar (1964-1985). Como regra geral, os estudos realizados sobre a atuação da imprensa durante o regime militar têm enfocado o tema principalmente sob dois pontos de vista, relativos à: 1) censura realizada pelo regime militar (Dassin, 1984; Jorge, 1989; Soares, 1989; Aquino, 1999; Kushnir, 2004) e 2) resistência ou a colaboração com o regime, por parte dos jornalistas e veículos noticiosos (Aquino, 1999; Smith, 2000; Kucinski, 2003; Kushnir, 2004). Acreditamos que, não obstante a sua importância, as duas perspectivas não cobrem todos os aspectos relevantes da questão. A ênfase na censura, naturalmente, dá conta daquilo que os jornais não puderam dizer, por conta de uma imposição externa. O foco na questão da resistência ou adesão, por outro lado, traz o risco de alimentar um olhar maniqueísta sobre o período, e fazer da distinção entre bons e maus, heróis e vilões, o objetivo fundamental da pesquisa. Em particular, estas perspectivas dizem pouco sobre a mediação que os jornalistas e organizações jornalísticas desempenharam entre o regime, de um lado, e o seu público de leitores, do outro, durante o regime militar.

A escolha da principal cerimônia de comemoração do regime não se faz por acaso. Nela, o regime justifica o seu presente em relação ao marco fundador representado pela “Revolução de 64”. Contudo, para adquirir dimensão nacional,

essas comemorações tinham que contar com a mediação dos veículos jornalísticos, o que abria para estes uma margem de autonomia para a sua atuação. O quanto os jornalistas efetivamente exerciam esta autonomia, e de que modo eles o faziam?

A análise das cerimônias em questão oferece um ângulo de abordagem interessante para dar conta desta questão. Dois aspectos, na nossa análise, merecem considerações suplementares: o primeiro diz respeito à seleção da cobertura do jornal *O Globo* e o segundo se refere à escolha das cerimônias realizadas durante o governo de Ernesto Geisel como objetos da nossa análise.

O Globo era, na época, um dos jornais com maior circulação do país, um representante do que se convencionou chamar na época de *a grande imprensa*, e se caracterizou por sua atitude consistentemente simpática ao regime. Ao mesmo tempo, o jornal se caracterizava pela presença de um número significativo de jornalistas comunistas em suas fileiras, com o conhecimento dos diretores do jornal (Abreu, Lattman-Weltman & Rocha, 2003; Albuquerque & Silva, 2009), a tal ponto que se tornou folclórica a frase “dos meus comunistas, cuido eu” supostamente dita pelo dono do jornal, Roberto Marinho, ao ministro da Justiça Armando Falcão (Andrade, 2003). Curiosamente, a presença de um número expressivo de comunistas no jornal não parece ter influenciado a sua cobertura, de modo a aproxima-la de uma agenda esquerdistas ou, mesmo, de oposição ao regime. Ao contrário, os comunistas parecem ter sido bastante discretos na sua atuação profissional, sendo não raro, objetos de elogios por parte dos seus superiores a este respeito. De todo modo, fica claro que o governismo de *O Globo* é um fenômeno mais complexo do que parece à primeira vista e que, portanto, merece estudos mais aprofundados.

Igualmente, o período do governo Geisel apresenta desafios complexos para a análise do objeto em questão. Ao contrário do que acontece com *O Globo*, o período tem suscitado um interesse considerável dos acadêmicos, uma vez que tem sido apontado como o marco inicial da abertura política (Duarte, 1983; Dassin, 1984; Stepan,

1986). Em particular, muitos autores destacam que o governo Geisel tenha concretamente se aproximado da imprensa com o intuito de cativar seus membros com relação à política da abertura. Ao mesmo tempo, o processo de abertura não ocorreu de modo simples ou unidirecional. Iniciativas de distensão se misturaram a outras, de caráter repressivo. Isto ocorreu em boa medida porque a instituição militar não era coesa e uniforme, mas fissurada, internamente dividida em torno de projetos diversos de governo, que opunham os militares “moderados” aos da “linha dura”. Em meio a este ambiente de instabilidade política, os rituais políticos patrocinados pelo regime militar estabeleciam, ao menos em princípio, um contraponto, uma ocasião regular para expressar uma unidade institucional e de governo, embora na prática eles também pudessem servir como ocasião para explicitar tensões existentes no interior do regime e da instituição militar. No que diz respeito aos jornalistas, esta situação contribuía para tornar o ambiente instável e perigoso, como o demonstrou claramente o assassinato do jornalista Vladimir Herzog¹. Nem mesmo os jornalistas com propensão ao governismo estavam totalmente seguros, pois em um contexto de divisão na base militar, não estava claro que facção triunfaría. Nestas circunstâncias, cobrir as comemorações da “Revolução de 1964” era, para os jornalistas, tanto uma obrigação quanto um risco. Analisar como os jornalistas lidaram com esta situação complexa é o objetivo deste artigo.

Categorias de Análise

O objetivo de nossa análise é investigar o modo como os jornalistas de *O Globo* atuaram na cobertura da cerimônia comemorativa da “Revolução de 64”, realizada anualmente no dia 31 de março. Nossa atenção não se restringe apenas ao modo como os jornalistas representaram os acontecimentos e seu significado, mas tenta dar conta do modo como eles representaram seu papel como mediadores do evento. Muito frequentemente, esta questão tem sido julgada a partir do paradigma da *objetividade jornalística*, tendo em vista a separação entre “fatos” e “opiniões” (Schudson, 1978; Tuchman, 1993; Chalaby, 1996). Este modelo de análise, porém, apresenta claros limites quando aplicados ao nosso objeto, por duas razões. Em primeiro lugar, a separação da descrição dos *fatos* e *opiniões* não resume a atuação dos jornalistas no âmbito da lógica da objetividade jornalística. Para além dessas duas categorias, uma terceira se impõe, relativa à *interpretação* dos acontecimentos, isto é, ao modo como os jornalistas produzem significado a partir dos acontecimentos que relatam, ou, dito em outros termos ao “modo como

o mundo é incorporado em convenções narrativas inquestionáveis e despercebidas” (Schudson, 1993: 279). Mais do que meros estenógrafos dos acontecimentos, os jornalistas reivindicam desempenhar um papel mais ativo na interpretação da realidade ou, nos termos consagrados por Zelizer (2001), uma “autoridade interpretativa” sobre os acontecimentos que relatam.

Por outro lado, a objetividade jornalística pressupõe uma dose considerável de liberdade de atuação para os jornalistas e de estabilidade institucional, uma vez que o relato “objetivo” dos jornalistas não se faz em primeira pessoa, mas tem em vista, em boa medida, a perspectiva das instituições políticas e econômicas dominantes (e particularmente das instituições do governo) sobre os acontecimentos (Cook, 1998; Sparrow, 1999). Na ausência de tal estabilidade institucional, os jornalistas se veem obrigados a recorrer a estratégias de atuação inteiramente distintas daquelas que se tornaram modelares no ambiente do jornalismo anglo-americano. Um exemplo disto é fornecido pela análise de McCargo sobre o jornalismo na Tailândia. Em um contexto de grande instabilidade institucional, com sucessivas mudanças de governo, os jornalistas buscaram estabelecer relações próximas com o maior número possível de atores políticos: “Ao “descentralizar” a propriedade através da sub-contratação informal de espaço para um amplo espectro de colunistas ligados a diferentes interesses, o jornal pode adotar uma identidade camaleônica” (2003, p. 8-9). Está claro que a situação dos jornalistas durante o período Geisel não era idêntica à descrita por McCargo, pois a instabilidade estava firmemente restrita às alternativas situadas dentro do regime militar. De todo modo, a referência a este autor nos ajuda a perceber que as categorias originadas do ambiente anglo-americano não são suficientes para dar conta da complexidade da situação que tratamos de analisar aqui.

Assim, considerando a complexidade da situação que analisamos, utilizamos aqui quatro categorias analíticas, que descrevem diferentes maneiras pelas quais os jornalistas se posicionam frente aos acontecimentos que relatam. São elas a *reprodução*, a *notícia factual*, a *notícia interpretativa* e o *comentário*. Essas categorias dão conta de diferentes níveis de investimento dos jornalistas como intérpretes dos eventos que relatam. Esse investimento é mínimo no caso da *reprodução* literal dos pronunciamentos de personagens da notícia². A notícia constitui o centro da concepção moderna de jornalismo. Contudo, para os fins da nossa análise, é necessário distinguir dois tipos de notícias que têm consequências distintas do ponto de vista do envolvimento do jornalista. As *notícias* que denominamos

factualias se limitam a descrever os acontecimentos, sem providenciar um quadro interpretativo que ajude a produzir sentido acerca deles, ao contrário do que ocorre com as *notícias interpretativas*³. No segundo caso os jornalistas atuam de modo muito mais ativo do que no primeiro. Finalmente, o *comentário* corresponde ao lugar de manifestação explícita da opinião, o que teoricamente implica em um grau suplementar de intervenção por parte dos jornalistas. Contudo, é importante ter em vista que, embora a opinião desempenhe um papel central no modelo que interpreta o jornalismo como uma forma de publicismo (Chalaby, 1998), no modelo de jornalismo americano – e por extensão no brasileiro, por conta da influência daquele sobre este – a opinião ocupa um lugar secundário, suplementar em relação à missão informativa do jornal. Neste caso, seria razoável sugerir que, no modelo americano de jornalismo as notícias interpretativas apontam para um modo mais ativo de intervenção do que o espaço da opinião.

O “31 de março” entre 1974 e 1978

As categorias de análise que propomos foram pensadas a partir da análise das matérias do jornal, que podem ser divididas em dois momentos: 1) matérias publicadas entre 1974 e 1977 e 2) matérias publicadas no ano de 1979. No primeiro momento, percebemos a coexistência de três das quatro categorias propostas – *reprodução*, *notícia factual* e *comentário*. O segundo momento – embora não se descarte a possibilidade de aparecer algo das categorias anteriores – se apresenta como um corte pela presença de elementos que nos permitem identificar a quarta categoria adotada, que não havia aparecido até então – a *notícia interpretativa*. A seguir são discutidos os dois momentos propostos.

1974-1977

O *Globo*, entre 1974 e 1978, transcreveu, sempre e na íntegra, os discursos do presidente Ernesto Geisel e as ordens do dia dos três ministros militares⁴. Eventualmente reproduzia partes de pronunciamentos de outros personagens, como foi o caso de uma mensagem “dirigida ao país” pelo ministro da Justiça, Armando Falcão em 31 de março de 1975 e de um discurso “de improviso” do Comandante do II Exército, Ednardo D’Avila Mello em 01 de abril do mesmo ano. A *reprodução* literal de discursos foi um recurso repetidamente usado pelo jornal durante todos os anos em questão, e ocupava uma parte considerável do espaço dedicado ao tema, o que fazia com que a função do jornal naquele momento se aproximasse da função reservada aos anais, ou seja, de uma reprodução anual para registro de fatos “fixos” que

Ao mesmo tempo em que reproduzia os discursos desses atores políticos, entre 1974 e 1977, *O Globo* tratava as matérias sobre os aniversários da “Revolução” militar de 1964 não como acontecimentos jornalísticos, mas como sendo acontecimentos rituais. As cerimônias que ocorreriam a cada dia 31 de março - data comemorativa apontada pelos militares⁶ -, entre 1974 e 1976, foram retratadas em notícias factuais pelo menos desde o dia anterior até o dia posterior, ou seja, eram mencionadas já nos dias 30 de março, confirmadas nos dias 31 e ainda lembradas nos dias 01 de abril. Entre 1977 e 1978 as menções se concentravam nos dias 31 de março e 01 de abril. As matérias cuja publicação antecedia o dia 01 de abril tinham caráter de previsão e pretendiam antecipar (30/03) e reafirmar (31/03) a programação que seria realizada. Nos dias seguintes aos eventos (01/04) era, então, noticiado o que de fato havia acontecido. Eram basicamente seguidos os passos do presidente Geisel durante as comemorações, retratando onde ele estaria, o que estaria fazendo e em que horário. Assim, as matérias apresentavam geralmente, até 1977, uma linguagem referencial (Hallin & Mancini, 1993)⁷, com ênfase na descrição dos acontecimentos, como mostra o trecho a seguir.

BRASÍLIA (*O GLOBO*) – Uma cerimônia na Vila Militar, no Rio, na parte da manhã, com a presença do presidente Geisel, será a principal solenidade de hoje nas comemorações do 12º aniversário da Revolução. O presidente, que chegará ao Rio às 9h30m, acompanhado dos generais Hugo de Abreu e João Batista de Figueiredo, ministros-chefes do Gabinete Militar e do SNI, almoçará na Vila Militar e embarcará às 14 horas, na Base Aérea do Galeão, de volta à Brasília.
[...]⁸

Embora saibamos que o trecho acima surgiu de uma série de escolhas – por exemplo, do que falar e de quem falar, já que o próprio recorte é determinado pelo ponto de vista de quem o constrói -, fica claro mais uma vez a minimização da presença do jornalista, quando a rotina de uma cerimônia é simplesmente transcrita. Ainda entre 1974 e 1977, nota-se, em todos os anos, a publicação de boxes de *comentário*, como se fossem quadros à parte e não tivessem relação com as matérias de cobertura das cerimônias, cuja linguagem era extremamente opinativa. Neles comentava-se o papel e a importância da *revolução* de 1964, como se vê no exemplo intitulado *Fidelidade às origens*:

A REVOLUÇÃO de 1964 nasceu de uma soma nacional de vontades contrárias ao processo de desintegração instalado no País, sob as vistas cúmplices de um governo alcançado na sua autoridade e incapaz sequer de conduzir a sua própria opção antidemocrática. [...] A partir de certo momento, o “status” institucional vigorante passou a servir exclusivamente como dispositivo de proteção do esquema de dissolvência, imprimindo fisionomia de estado de direito ao processamento galopante da subversão oficializada. [...] A iniciativa militar se incumbiu de punçar o tumor e o ato de medicina democrática preventiva encontrou no ânimo dominante da Nação uma receptividade dificilmente comparável – em carga e sintonia – nos anais da nossa História. [...]⁹

Não há dúvidas de que esses quadros opinativos, constantemente presentes durante o período, falam sobre as tendências políticas do jornal. Mas, o fato desses quadros aparecerem separados das matérias que cobriam o evento, num espaço declaradamente dedicado à opinião, torna menos relevante gastar tempo para denunciá-los como “governismo” – algo que já se sabe – do que analisar porque as matérias são construídas por meio de outra linguagem e que linguagem é essa.

Como se pode notar, formas diversas foram adotadas e coexistiram no jornal para contar sobre o contexto político pelo qual se passava. Se por um lado *O Globo* reservava um quadro *espacialmente* separado das matérias em que oferecia comentários indubitablemente parciais e simpáticos ao regime militar, por outro, a cobertura das cerimônias de aniversário da *revolução* eram integralmente referenciais, atuando os jornalistas como estenógrafos ou meros publicizadores da rotina das cerimônias. O papel dos jornalistas na ocasião não é entendido como o de *explicadores* que devem interpretar a realidade política antes de oferecê-la aos leitores.

1978

Essa situação manteve-se constante entre 1974 e 1977. A cobertura das cerimônias militares apresentava caráter meramente descritivo, transcrevendo os passos do presidente, as vozes dos personagens militares e as etapas das comemorações. Porém, na cobertura das solenidades do ano de 1978 identificamos uma considerável diferença com relação ao período anterior. Essa diferença torna-se explícita se compararmos duas

matérias, uma publicada em 31 de março de 1978, sobre a comemoração do 14º aniversário da revolução de 1964, que se caracterizava por apresentar uma *notícia interpretativa* ao contrário do que aconteceu nos anos anteriores, e outra, de 31 de março de 1977, que apresenta a linguagem referencial, descritiva e cronológica de que falamos. Abaixo são reproduzidas partes dessas duas matérias.

Geisel comemora Revolução na Vila Militar

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Presidente Geisel participará hoje no Rio das cerimônias comemorativas do 13º aniversário da Revolução, a serem realizadas na Vila Militar com a participação de oficiais-generais vindos de várias partes do País.

Após almoço em sua homenagem, Geisel será saudado pelo Ministro do Exército, Sylvo Frota, devendo em seguida fazer um pronunciamento, aguardado com grande interesse.

Nos Afonsos

A chegada de Geisel está prevista para as 10 horas, na Base Aérea dos Afonsos. Daí seguirá de carro para a Vila Militar, em Deodoro, onde é aguardado às 10h30m.

No Quartel-General, ele assistirá a um desfile militar, deslocando-se depois para o 57º Batalhão de Infantaria Motorizada,

onde participará de um coquetel e manterá palestra informal com os comandantes militares de várias regiões do País.

O Presidente será cumprimentado, à entrada do salão onde será servido o almoço, pelos coronéis que comandam unidades sediadas na Vila Militar e que também participarão do encontro.

Na Tijuca

Deixando a Vila Militar em helicóptero da FAB, Geisel desembarcará no Estádio Mário Filho, no Maracanã, daí seguindo de carro para o novo Centro de Atividades Recreativas do Sesc — Serviço Social do Comércio, na Rua Barão de Mesquita, chegando às 14h40m e sendo recebido pelos dirigentes da entidade.

Depois de ouvir discurso do presidente do Sesc, descerrará placa comemorativa da inauguração e percorrerá di-

versas dependências da nova unidade, destinada a atender aos comerciantes nas atividades de lazer, nutrição, defesa da saúde e educação social, ali permanecendo cerca de 90 minutos.

Imigração italiana

Seguindo para a Base Aérea do Galeão, o Presidente da República receberá na Estação de Autoridades uma homenagem do Instituto Biográfico e Editorial Italiano, através de seu representante, professor Andrea Tripoli.

Ele entregará a Geisel a mais recente publicação do Instituto, que conta a história da imigração italiana no Brasil.

As 17 horas, o Presidente embarca no Boeing-737 de regresso a Brasil, aonde deverá desembarcar às 18h20m. na Estação de Autoridades da Base Aérea.

Figura 2 – O Globo, 31 de março de 1977, p. 12.

Geisel discursa hoje mas ênfase não é política

Sexta-feira, 31/3/78

Figura 3 – O Globo, 31 de março de 1978, p. 5.

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Presidente Ernesto Geisel vai fazer hoje, no Clube de Aeronáutica, um discurso pela passagem do 14º aniversário da Revolução de 31 de Março que, segundo fontes ligadas à presidência, não deverá registrar nenhum avanço em relação a pronunciamentos anteriores quanto à abertura política. O discurso terá um sentido de afirmação revolucionária, ressaltando a importância, as conquistas e os objetivos do movimento de Março de 64.

Geisel falará em um almoço do qual participarão 160 autoridades militares e civis. O discurso de Geisel será transmitido pela "Voz do Brasil" e por uma cadeia nacional de televisão, formada a partir das 20 horas.

Exaltação

A reafirmação da disposição do Presidente em alcançar, através do consenso entre os partidos, o aperfeiçoamento das instituições políticas é o máximo que se espera do pronunciamento em relação às reformas. Essa parte, contudo, não seria a ênfase da fala presidencial, mas a exaltação da Revolução de Março de 64.

O fato político mais significativo da comemoração da Revolução, no Clube da Aeronáutica, será, para alguns dirigentes da Arena, a participação — pela primeira vez nestes 14 anos — de civis. Esse fato amenizaria, segundo essas fontes, eventuais frustrações dos que, otimistas, esperam importantes indicações de abertura política na fala presidencial.

Conforme se nota, em 1978, ao contrário do ano anterior, o jornal se esforça para oferecer aos leitores uma interpretação do fato reportado. Essa mudança de posicionamento mostra que os jornalistas deixam de se apresentar como reprodutores, como repetidores de fatos que visam reiterar um determinado formato de visão de mundo, para assumir a posição de *analistas experientes do mundo político* (Schudson, 1993, p. 281). O Globo, neste momento, se permite fornecer interpretações acerca da política que não haviam tido lugar desde 1974. A principal mudança se relaciona a abordagem usada para falar sobre o pronunciamento do presidente Ernesto Geisel. Em vez de narrar todos os passos que seriam tomados pelo presidente durante a comemoração, o jornal lança interpretações sobre o que se poderia ou não esperar do discurso do presidente em relação aos discursos dos anos anteriores e fornece espaço para a inserção de opiniões de outros personagens civis que não costumavam aparecer nas matérias.

Outro ponto digno de nota é que pela primeira vez percebe-se a presença um assessor [militar] de imprensa. Conforme a continuação da matéria:

[...] O assessor de imprensa da Presidência da República, coronel Toledo Caramago, disse ontem que entre os convidados para o almoço no Clube da Aeronáutica — que terá início às 12 horas — estão a totalidade dos oficiais-generais de quatro estrelas das três Forças Armadas e os demais oficiais-generais com funções na capital [...] (O Globo, 31 de março de 1978, p. 5).

O fato da figura do assessor ter aparecido na matéria, pela primeira vez desde 1974, e de terem sido consultados outros personagens civis aos quais foram demandadas interpretações acerca do ritual político demonstra um esforço do jornal de recolher vozes e leituras do mundo político que não era verificado anteriormente.

O que torna importante ressaltar o tom interpretativo então assumido é a consideração de que é especialmente na interpretação que o jornal está realmente produzindo sentido e construindo uma narrativa, ou seja, desempenhando um papel ativo de intérprete do mundo político.

É também especialmente debruçando-se sobre um texto interpretativo que se pode perceber a complexidade da construção da notícia. As tomadas de posição, embora camufladas pelo trânsito de diferentes vozes, são, enfim, não apenas reproduzidas, mas produzidas e reiteradas de diferentes formas. Sendo este um caminho para entender como o jornal mudou durante o regime militar e que estratégias foram empregadas naquele período, volta-se à questão da importância de considerar a atuação não dicotômica e complexa da grande imprensa no período considerado.

Considerações finais

A análise realizada sobre as matérias do jornal *O Globo* referentes às solenidades de comemoração do aniversário da “revolução” militar, entre 1974 e 1978, permitiu, neste início das pesquisas, verificar que certas categorias distintas entre si coexistiram na forma das notícias e informações publicadas. Permitiu perceber também um claro corte em 1978, com a publicação de uma matéria de tom bastante diferente dos anos anteriores, uma matéria em que o jornalista enfim assumia o papel de interpretar aquele determinado contexto político, em oposição às notícias factuais precedentes.

Essa distinção da intensidade com que o “eu” que fala (o jornalista) aparece ao longo do tempo, permite

considerar que a matéria de 1978 uma autoridade jornalística muito maior do que a que tinha no período anterior. Talvez não seja mera coincidência que essa distinção comece aos poucos a surgir justamente no decorrer dos anos em que se inicia a distensão política do regime militar autoritário que vigorava no país. No entanto, mais do que entender essa mudança apenas como fruto do fim da repressão, devemos vê-la como um esforço de negociação do jornal enquanto mediador em meio a um contexto ambíguo e tenso, marcado por projetos concorrentes de governo em que o futuro era incerto e em que não saberia qual “faccão” triunfaría.

Nos anos 1950 o jornalismo brasileiro passou por uma reforma, que teve dentre suas consequências a adoção do ideal da objetividade. Ainda que até hoje se coloque essa objetividade em evidência quando se fala do regime militar iniciado em 1964 a classificação dada à imprensa continua se resumindo a imprensa “governista” em oposição à imprensa alternativa.

Por que continuar a tratar a imprensa no regime militar somente de forma dicotônica sem analisar de que forma ela se posiciona, interage com a política e se torna sua mediadora perante a sociedade?

Enquanto isso muitas questões ainda precisam ser feitas. O presente texto pretendeu iluminar algumas dessas outras questões. Partindo das narrativas do jornal sobre as solenidades de aniversários do golpe militar nos foi possível perceber que papel o jornalista reservava para si enquanto mediador da realidade política e como esse papel é passível de mudanças no tempo que não se devem somente às mudanças de regime. Espera-se assim acrescentar questões ao estudo da mediação no jornalismo, já que as mudanças ocorridas com o passar do tempo na forma de reportar um acontecimento não se devem apenas a mudanças no próprio acontecimento, mas na necessidade de se atualizar papéis assumidos na interação entre os jornalistas e os contextos complexos e mutáveis que os cercam.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. *Sociologia – Problemas e Práticas*,

- n.48, p. 53-65, 2005.
- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). *A democratização no Brasil: Atores e Contextos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.67-101, 2006.
- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Momentos de decisão: os anos 70 e a mídia no Rio de Janeiro. In FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo B.; MOTTA, Marly Silva da (Org.). *Um estado em questão – Os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Org.). *Eles mudaram a Imprensa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. Um Outro Quarto Poder: Imprensa e Compromisso Político no Brasil. *Revista Contracampo*, n. 4, 2000.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. Aconteceu num Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. *Eco-Pós*, UFRJ, v. 11, p. 95-116, 2009.
- ALBUQUERQUE, Afonso de; SILVA, Marco Roxo da. Skilled, Loyal and Disciplined: Communist Journalists and the Adaptation of the American Model of “Independent journalism” in Brazil. *International Journal of Press/Politics*, v.14, n.3, p. 376-395, jul. 2009.
- ANDRADE, Evandro Carlos de. Entrevista. In: ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Org.). *Eles mudaram a Imprensa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CASTRO, Celso. Comemorando a “revolução” de 1964: a memória histórica dos militares brasileiros. In FICO, Carlos [et al.]. *Ditadura e democracia na América Latina*: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- CHALABY, Jean K. Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, v. 11, n.3, p. 303-326, 1996.
- CHIRIO, Maud. Fêtes nationales et régime dictatorial au Brésil. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n. 90, p.89-108, 2006.
- COOK, Timothy E. *Governing with the News. The News Media as a Political Institution*. Chicago, University of Chicago Press, 1998.
- COOK, Timothy E. The News Media as a Political Institution: Looking Backward and Looking Forward. *Political Communication*, n. 23, p. 159-171, 2006.
- DASSIN, Joan. The Brazilian Press and the Politics of Abertura. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 26, n. 3, p. 385-414, 1984.
- DUARTE, Celina Rabello. 1983. Imprensa e Redemocratização no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 26, n. 2, pp. 181-195.
- FLUSSER, Vilém. *A filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- FLUSSER, Vilém. *O universo das imagens técnicas – Elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.
- GUIMARÃES, Cesar; VIEIRA, Roberto A. A. *A televisão brasileira na transição: um caso de conversão rápida à nova ordem*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1985.
- HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. Falando do Presidente: A Estrutura Política e a Forma representacional nas notícias televisivas dos Estados Unidos e da Itália. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Editora Vega, 1993.
- HOLZBACH, Ariane Diniz. *Gente de toda parte foi ver o ex-metalúrgico virar Presidente da República - A narrativa da posse de Lula na Folha de São Paulo e em O Globo*. 2008. Dissertação. (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFF, Niterói, 2008.
- KERTZER, David. *Ritual, Politics, and Power*. New Haven and London: Yale University Press, 1988.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e transição democrática: a (des)institucionalização do panóptico no Brasil. In ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica de Almeida. *Mídia e Política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- MARTINS, Luciano. A ‘Liberalização’ do Regime Autoritário no Brasil. In: O'DONNEL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence (org.). *Transições do Regime Autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- MCCARGO, Duncan. *Media and Politics in Pacific Asia*. Londres e Nova Iorque: Routledge Curzon, 2003.
- PORTO, Mauro P. Mass media and politics in Democratic Brazil. In: KINZO, Maria D'Alva; DUNKERLEY, James. *Brazil since 1985: Economy, polity an society*. Londres: Institute of Latin American Studies (University of London), 2003.
- RESENDE, Fernando. O Discurso Jornalístico Contemporâneo: Entre o Velamento e a Produção das Diferenças. *Revista Galáxia*, São Paulo, n.14, p.81-93, 2007.

- SCHUDSON, Michael. *Discovering the News*. New York: Basic Books, 1978.
- SCHUDSON, Michael. A Política da Forma Narrativa: A Emergência das Convenções Noticiosas na Imprensa e na Televisão. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Editora Vega, p. 279-293, 1993.
- SCHUDSON, Michael. Question Authority: A History of the News Interview. In: SCHUDSON, Michael. *The Power of News*. Cambridge, Harvard University Press, 1995.
- SOARES, Glauco Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.4, n.10, p.21-43, jun.1989.
- SPARROW, Bartholomew H. *Uncertain Guardians. The News Media as a Political Institution*. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press, 1999.
- SPARROW, Bartholomew H. A Research Agenda for an Institutional Media. *Political Communication*, n. 23, p. 145-157, 2006.
- STEPAN, Alfred. *Os militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- TUCHMAN, Gaye. A Objectividade Como Ritual Estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Editora Vega, p. 74-90, 1993.
- WHITE, Hayden. The Value of Narrativity in the Representation of Reality. In: MITCHELL, W. J. T. (ed.). *On Narrative*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
- ZELIZER, Barbie. *Covering the Body: The Kennedy Assassination, the Media, and the Shaping of Collective Memory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- (15/03/74 a 27/05/1974), Sylvio Frota (28/05/1974 a 12/10/1977), Fernando Belfort Bethlem (12/10/1977 a 15/03/1979) – Exército; Geraldo Azevedo Henning (15/03/1974 a 15/03/1979) – Marinha- e Joelmir Campos de Araripe Macedo (15/03/1974 a 15/03/1979) - Aeronáutica. Conforme datas que constam na galeria dos presidentes, na página do Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Infger_07/presidentes/ernesto_geisel.htm>. Acesso em 22 nov. 2009.
- 5 Esta discussão é bem realizada, em outro contexto, por Schudson (1993).
- 6 Enquanto para alguns setores da sociedade, que consideram o evento um golpe, a data do movimento militar foi 1 de abril, para os militares, que não desejavam ver seu movimento ligado ao “dia da mentira”, a data “oficial” passou a ser o 31 de março.
- 7 Hallin e Mancini chamam de “referencial” o relato da TV italiana RAI TG1 sobre determinado episódio, em comparação com relatos de TV norte-americanos sobre o mesmo período, explicando que enquanto “o relato americano é tanto estória como interpretação”, o relato italiano “não oferece significado em si próprio, mas envia o espectador noutra direção: fornece uma revista, uma lista de interpretações oferecidas pelos atores políticos fora do jornalismo” (Hallin & Mancini, 1993, p. 313-314).
- 8 O Globo, 31/03/1976, p. 3.
- 9 O Globo, 31/03/1974, p. 1.

NOTAS

1 Herzog foi torturado e morto nas dependências do II Exército, em São Paulo, após ter sido preso sob a acusação de ser ligado ao Partido Comunista Brasileiro, em outubro de 1975.

2 É preciso distinguir a *reprodução*, parcial ou integral do discurso de um personagem pelo jornal, da *citação*. Neste caso, a fala do personagem é apropriada pelo jornalista como a evidência de um argumento desenvolvido por ele, o que indica um grau considerável de autonomia por parte do jornalista. Sobre a importância das citações no texto jornalístico ver Tuchman (1993).

3 Pode-se dizer que a relação entre notícias factuais e notícias interpretativas é análoga à que White traça entre os anais e o relato historiográfico.

4 Os ocupantes dos três cargos de ministros militares do governo Geisel foram: Vicente de Paulo Dale Coutinho